

ENTREVISTA COM IVAN JABLONKA – POR UMA CIÊNCIA SOCIAL CRIATIVA

Interview with Ivan Jablonka – For a creative social science

Viviane
BORGES¹

 viviane.borges@udesc.br

Janice
GONÇALVES¹

 janice.goncalves@udesc.br

¹Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Ivan Jablonka desafia enquadramentos: historiador com profundo diálogo com as ciências sociais, pesquisador que se entrega com ardor tanto ao trabalho com as fontes quanto à lida com as palavras, professor universitário cuja produção não se conforma aos limites acadêmicos e chega a ganhar adaptações televisivas. Na eleição de seus temas de pesquisa, põe em xeque as fronteiras e as tensões estabelecidas social e historicamente entre a infância e o mundo adulto, entre o masculino e o feminino, entre o nativo e o estrangeiro. Seus estudos permitem refletir sobre as maquinarias sociais produtoras dessas fronteiras, em processos históricos que condenam determinados sujeitos à inadequação ou à subalternidade, tornando-os alvos de iniciativas de invisibilização e apagamento. Tais interesses de investigação não estão desconectados da história familiar de Ivan Jablonka: é neto de judeus poloneses que, quando jovens, desapareceram no complexo de Auschwitz (não sem antes vivenciarem a condição de estrangeiros na França). A esses avós que não conheceu, o historiador dedicou um livro: *Histoire des grands-parents que je n'ai pas eus: une enquête*.

Como afirma na entrevista aqui apresentada, Jablonka considera que a preocupação com o desaparecimento é um fio comum a seus trabalhos. Pode-se compreender que isso envolve resistir também ao desaparecimento gerado discursivamente, em especial quando percursos individuais são obscurecidos pela “morte demasiado vasta”, pelo horror imposto massivamente, pela lógica midiática dos *fait divers* e das celebridades. Contra o desaparecimento, afirmar a vida e narrar trajetórias cuja brevidade atesta a força das violências e a fragilidade das existências.

Nascido em Paris em 1973, Ivan Jablonka fez o secundário no Liceu Buffon e estudou no Liceu Henri IV antes de ingressar na École Normale Supérieure. Na Sorbonne, onde foi aluno de Alain Corbin (um de seus historiadores referenciais), desenvolveu, sob orientação de Jean-Noël Luc, a tese de doutorado intitulada *Les abandonnés de la République: l'enfance et le devenir des pupilles de l'Assistance publique de la Seine placés en famille d'accueil (1874-1939)*, que defendeu em 2004, e que resultou no livro *Ni père ni mère – Histoire des enfants de l'Assistance publique, 1874-1939* (Jablonka, 2006). Atuou como *maître de conférences* em história contemporânea na Université du Maine, foi pesquisador associado no Collège de France e, desde 2013, é professor na Sorbonne – Paris Nord. É integrante do Institut Universitaire de France. É também um dos redatores-chefes da revista eletrônica *La vie des idées* (<https://laviedesidees.fr/>).

Com poucos títulos traduzidos para o português, como *Homens justos: do patriarcado às novas masculinidades* (Jablonka, 2021a) e *A história é uma literatura contemporânea* (Jablonka, 2021b), Ivan Jablonka é, sem dúvida, um dos principais intelectuais da atualidade.

A entrevista é fruto de conversa iniciada em fevereiro de 2024, em Paris, quando Viviane Borges participou do Séminaire “Recherches sur le Masculin”, coordenado por Pauline Peretz, Patrick Farges e Ivan Jablonka, no Institut du Temps Présent. Em março, Viviane Borges e Janice Gonçalves formularam em conjunto algumas questões e as enviaram a Ivan Jablonka, por e-mail. O resultado agora publicado trata da experiência de um pensador do contemporâneo, preocupado em fazer **ciência social criativa**, com a busca de novas formas de expressão escrita.

Entrevista

Como foi seu percurso acadêmico, desde o início de seus estudos universitários?

Após a École Normale Supérieure, fiz um doutorado em história na Sorbonne e fui eleito *maître de conférences* em 2005, depois professor em 2013, aos 39 anos. Desse percurso, retenho duas coisas.

Primeiramente, no plano intelectual, o mais importante foi a descoberta das ciências sociais – história, geografia, economia, sociologia, antropologia – em aulas preparatórias, mesmo antes da École Normale Supérieure. É uma associação que nunca esqueci, e penso que não há nada mais poderoso do que a sócio-história para explicar a realidade. Em segundo lugar, no plano acadêmico, meu percurso foi retilíneo, conforme o elitismo republicano à francesa. Disso não me envergonho, mas explica minha relação algo distante com a instituição. Conheço os pontos fortes e fracos da universidade, sua abertura de espírito e seus pequenos feudos. A identidade acadêmica parece-me menos importante do que o processo intelectual. Historiador de ofício, não me importo que digam que também sou sociólogo e escritor.

Algumas de suas pesquisas e publicações iniciais, na primeira década dos anos 2000, estiveram voltadas para o tema da infância e, mais especificamente, para a vida de crianças e jovens que cresceram sem o convívio estreito com os pais, sendo abrigados por instituições. O que o motivou a investigar essas questões?

Meus primeiros livros trataram da infância: abandono, maternidade, família, educação, Estado. É evidente que também foi uma maneira de compreender a vida do meu pai: uma infância em lares judeus comunistas nos anos 1950, depois do assassinato de seus pais durante a Shoah.

A infância sem família foi abordada por muitos romancistas do século XIX, como Charles Dickens, George Sand ou Victor Hugo. As crianças abandonadas e as mães pobres interessavam tanto aos escritores como aos jornalistas, mas para um jovem historiador em início de carreira, isso implicava uma certa discrepância, uma dissonância de gênero. Evidentemente, houve outros antes de mim, como Philippe Ariès em *L'Enfant et la vie familiale* (1960).¹ Mas esperava-se que eu escolhesse temas mais “nobres” e “masculinos”, como os partidos políticos, os grandes homens, as guerras, as forças da ordem etc.

Seu interesse em relação à infância e à juventude também pode ser percebido em pesquisas e publicações posteriores, embora de formas diferentes, como na coletânea *L'Enfant-Shoah* (2014), em *Laëtitia* (2016) ou mesmo em *Goldman* (2023). Na sua perspectiva, infância e juventude são temas incontornáveis na abordagem da história contemporânea?

Sim, porque a infância e a juventude são polos de inteligibilidade, zonas de acumulação cognitiva que permitem iluminar objetos de primeira importância, como a marginalidade, a integração ou as políticas públicas. No meu livro *L'Intégration des jeunes* (Jablonka, 2010),²

mostrei como, desde o século XVIII, o Código Civil, o Código Penal e as leis imprimiram uma marca simbólica nas crianças da classe trabalhadora – bastardos, crianças abandonadas, jovens delinquentes, filhos de estrangeiros etc.

Por que o Estado quer “integrar” essas crianças? Porque são estatutariamente diferentes. A lei traça uma fronteira entre legítimos e ilegítimos, honestos e desonestos, franceses e estrangeiros, e alguns caem no lado errado. A regeneração dos bastardos, o enraizamento das crianças abandonadas, a reforma dos delinquentes juvenis e a assimilação dos jovens oriundos da imigração visam remediar sua suposta inferioridade, mantendo-os na alteridade. A integração dos jovens é uma das políticas públicas mais antigas que existiram na Europa e nas Américas.

Como foi o processo de levantamento de fontes para escrever *Laëtitia*? Você considera o livro uma biografia?

Assassinada aos 18 anos, Laëtitia não era considerada mais do que um cadáver encontrado em uma cena de crime (duas cenas de crime, de fato). Mas este assassinato não é nem anedota macabra, nem *fait divers*. Em vez disso, foi o último elo de uma série de violências misóginas de que ela foi simultaneamente vítima e testemunha.³ Como a sua morte foi um “fato social total”, para usar a expressão de Marcel Mauss, exigiu uma análise sócio-histórica. O *affaire* Laëtitia é um extraordinário objeto histórico, que permite compreender nossas democracias: o funcionamento do Executivo, a evolução da justiça, o papel dos meios de comunicação, a violência sofrida por crianças e mulheres, o estatuto atual das vítimas.

Queria, sobretudo, contar a história da vida de uma jovem mulher. Neste sentido, meu livro é profundamente biográfico, com o radical grego *bios*, que remete à vida. Como qualquer pesquisador, reuni fontes para compreender a vida de Laëtitia. Encontrei-me com aqueles que lhe eram próximos (irmã, pai, tios, primos, namorados, amigos, colegas), bem como os profissionais que a acompanharam na sua morte (policiais, médico legista, advogados, jornalistas). Tive acesso ao seu dossiê como criança acolhida em instituição, às fotografias de família e à sua conta no Facebook, e assisti ao julgamento do assassino durante três semanas. Graças a isso, pude retrair sua existência, toda a sua existência, para afastá-la do crime que a destruiu. Queria que Laëtitia importasse por sua vida, não por sua morte.

Poderia nos falar sobre a repercussão do livro *Laëtitia*, dentro e fora da academia?

Laëtitia foi publicado em 2016, um ano antes do #MeToo. Orgulho-me de ter abordado tão cedo, como homem, a questão da violência de gênero e do feminicídio. Em seguida, o livro teve uma bela trajetória: prêmios literários, sucesso comercial, traduções para uma dúzia de línguas e adaptação para France Télévisions, Netflix e HBO.

De forma mais ampla, *Laëtitia* aborda uma questão que atravessa todo o meu trabalho: como dar conta do desaparecimento? Para respondê-la, é preciso fazer história, uma abordagem que se define precisamente como uma investigação no coração do desaparecimento, uma busca na ausência. A ausência se aninha no coração da minha família, que sofreu uma mutilação da qual eu trago o vestígio. Esta mutilação é o tema do livro *Histoire des grands-parents que je n'ai pas eus*.⁴ Não queria falar dos meus avós do ângulo de seu fim, da sua morte, da sua execução, mas da sua vida. Meus avós foram pessoas vivas como você e eu: foram sucessivamente bebês, crianças, adolescentes, jovens militantes, amantes e pais. Esta é também a ideia subjacente a *Laëtitia*, e é por isso que estes dois livros são conceitualmente idênticos.

Quando se morre em um genocídio ou em um *fait divers*, essa morte destrói sua vida e apaga até mesmo seus vestígios. Meus avós assassinados com 35 e 28 anos, Laëtitia, violada e massacrada com 18 anos: estes três jovens têm em comum terem desaparecido numa morte demasiado vasta, demasiado grande para eles. Para reparar esta injustiça, era necessário narrar suas vidas.

E quanto ao processo de construção de *Homens Justos*⁵: como você teve a ideia de escrever o livro? Quais foram suas motivações?

Meu objetivo era encorajar os homens a olharem para dentro de si próprios e a questionarem a cultura de que são produto. O movimento #MeToo libertou a fala das mulheres, mas o silêncio dos homens ainda não foi quebrado. Porque não querer questionar seu percurso de gênero, sua masculinidade, suas prerrogativas e seus defeitos, tudo isso faz precisamente parte da cultura virilista: um “verdadeiro” homem não duvida de si próprio. Seu poder é evidente. Sua dominação é normal.

Quando eu era criança, nos anos 80, as palavras “gênero” e “masculinidade” não existiam. No lugar de “homossexual”, “lésbica” ou “queer”, usávamos insultos. Mas é difícil pensar, e pensar a si próprio, quando não se tem as palavras. As ciências sociais e a literatura também servem para isso. Agora que temos as palavras, como reinventar as masculinidades? De que masculinidades precisamos depois do #MeToo? Como educar nossos rapazes?

O desafio para os homens não é ser “amável” ou “gentil”, embora essas qualidades sejam importantes. O verdadeiro desafio, para mim, é ser justo. Um homem justo é sensível às relações de poder e à partilha de responsabilidades. Um homem justo se esforça para viver a igualdade como parte de um casal, na família, no trabalho, no espaço público, na política. Um homem justo respeita a liberdade do outro como um absoluto, notadamente em matéria sexual. Um homem justo rejeita as situações de convivência masculina quando esta envolve violência, misoginia ou homofobia. Indiretamente, tudo isto define um feminismo masculino.

A justiça de gênero visa à redistribuição de poderes e responsabilidades entre homens e mulheres. Ela caracteriza uma sociedade em que o gênero não estaria correlacionado com qualquer desigualdade social. Atualmente, estamos longe disso!

Na abertura de capítulo de sua autoria, no livro *L'Enfant-Shoah*⁶, você se refere à “ferida íntima” que todos temos, mas que os pesquisadores “raramente ousam evocar”. Considera que a evocação dos traumas pessoais, especialmente se associáveis a traumas coletivos, é uma ousadia a ser cultivada pelos historiadores?

Desde o final do século XIX, os acadêmicos aprenderam a abafar a si próprios e a comportar-se como se sua individualidade nada tivesse a ver com sua investigação. O “eu” seria literário e anticientífico. As identidades, as dúvidas, as feridas e os traumas de infância seriam como micróbios dos quais caberia se livrar. Daí a fábula do historiador que se mantém fora do mundo e não está pessoalmente envolvido com seu objeto de estudo. É o historiador-Deus, do sexo masculino, que afasta as nuvens para observar, do alto, o formigueiro dos pequenos humanos.

Mas o historiador faz parte da história, como qualquer outra pessoa. É o que se chama historicidade. Tento ver como, enquanto indivíduos, somos o produto da história e do social – ambiente, gênero, família, educação, geração etc. Quanto aos traumas pessoais, quer decorram do exílio, da guerra, do genocídio ou da violência sexual, são por definição coletivos e históricos, como no caso de Laëtitia e dos meus avós. Parece-me importante

explicar, com argumentos científicos, o elo que liga nosso objeto de estudo, o mundo acadêmico e a nossa individualidade coletivamente constituída.

Meus livros, portanto, não são sobre mim, mas sobre nós. Seus protagonistas não são os que me são próximos ou eu mesmo, mas o social: coletivos, instituições, fenômenos pluriseculares, movimentos sociais, ritos de passagem. Todos os indivíduos que estudei se inscrevem na “longa duração”, no sentido de Braudel. Nesse sentido, sou um pesquisador antes de ser um escritor.

Suas pesquisas demonstram especial sensibilidade para com sujeitos que se encontraram em situações de grande fragilidade e sofrimento, quer pela ruptura ou ausência de laços com redes afetivas de proteção, quer pela vivência de violências extremas. Tem, atualmente, projetos que possam dar continuidade a esses estudos?

Sim. Trabalho atualmente sobre a representação dos feminicídios.

Quais são suas principais referências teóricas e metodológicas?

Sou filho de duas grandes famílias. Entre os historiadores, mencionarei Carlo Ginzburg e a micro-história, Alain Corbin, cuja inventividade e audácia admiro, e Michelle Perrot, que revolucionou a história social com a história das mulheres. Não se trata de uma temática entre outras; é em si mesma uma outra maneira de fazer história, situada na experiência pessoal, aberta aos anônimos e atenta aos silêncios das fontes.

Mas as minhas influências mais fortes são os escritores: Primo Levi, Georges Perec, Annie Ernaux, Nicolas Bouvier. Todos disseram “eu”, todos adotaram uma abordagem reflexiva, todos casaram a literatura e as ciências humanas para inventar uma escrita do real. Antes de estudarem aquilo a que se chama pomposamente a “grande história”, estudam a sua própria história, numa veia sociológica, etnográfica ou historiadora. São escritores de ciências sociais.

Seguindo o seu exemplo, por método recorri ao “eu”, que me esforcei por teorizar. Utilizado de forma reflexiva, comunicando-se com a primeira pessoa do plural, é um pronome indissociavelmente literário e científico, uma forma de reforçar o método. Alegro-me por ver que vários colegas estão agora usando o “eu”. Se pude facilitar seu uso, fico feliz. Feliz também por tê-lo justificado e reivindicado, uma vez que muitos, anteriormente, se conservavam na autocensura ou no pseudo pudor.

Há risco em se dizer simultaneamente historiador e escritor, em querer praticar atividade de criação nas ciências sociais? A resposta é sim. Mas o risco é positivo! Fico consternado que tantos pesquisadores – com frequência protegidos por sua condição de funcionários públicos – nunca corram qualquer risco, quer intelectual quer editorial. Quarenta anos de carreira e uma montanha de obrigações acadêmicas... Sou a favor da reabilitação do risco na esfera intelectual. Gosto da aventura, da inovação, da audácia metodológica. Tal como, exatamente, Carlo Ginzburg, Alain Corbin e Michelle Perrot.

Para mim, a grande aposta é fazer de outra forma as ciências sociais, produzir saber por caminhos diferentes. Meu objetivo é inscrever novos objetos em novas formas. Os novos objetos: meus avós, um *camping-car*⁷, a condição de menino, a cultura pop. As novas formas: “eu” do método, relato da investigação, vai-e-vem entre passado e presente, entrelaçamento de vozes narrativas, presença de emoções, biografia sócio-histórica, autorretrato reflexivo, tudo que chamo criação em ciências sociais. Também utilizei novas fontes digitais, como a conta de Facebook de Laëtítia e os dados do Deezer sobre as canções dos anos 1980. Tento, assim, renovar as ciências sociais por meio da literatura e a literatura por meio das ciências sociais.

O que esperar do encontro entre literatura e ciências sociais, no século XXI?

Creio que a criação literária e as ciências sociais podem ser reconciliadas. Se definirmos a primeira por “ficção” e as segundas por “fatos”, então este encontro coloca um problema, porque a história não é (nem nunca será) uma ficção. Por outro lado, se considerarmos as ciências sociais como uma forma de raciocínio e investigação, não vejo como não poderiam dar origem a um texto, com um trabalho sobre a linguagem, a construção narrativa, as vozes, um ritmo, uma atmosfera. Escritores tão diferentes como Primo Levi, Ryszard Kapuscinski, Svetlana Alexievitch, Emmanuel Carrère ou Annie Ernaux dizem coisas verdadeiras num texto literário.

Estas novas formas podem constituir um remédio para a crise que as ciências sociais atualmente atravessam na universidade, no comércio de livros e na edição. A história não é um retiro em um depósito de arquivo empoeirado, mas uma aventura intelectual produtora de conhecimentos, propícia ao prazer tanto do pesquisador como do leitor. As ciências sociais fazem bem à literatura e a literatura faz bem às ciências sociais. E a invenção de novas formas é uma perspectiva estimulante para o século XXI!

Referências

- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ARIÈS, Philippe. *L'Enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris: Plon, 1960.
- JABLONKA, Ivan. *A história é uma literatura contemporânea*: manifesto pelas Ciências Sociais. Brasília: Editora da UnB, 2021a.
- JABLONKA, Ivan. *Des hommes justes: Du patriarcat aux nouvelles masculinités*. Paris: Éditions du Seuil, 2019.
- JABLONKA, Ivan. *En camping-car*. Paris: Seuil, 2018.
- JABLONKA, Ivan. *Goldman*. Paris: Seuil, 2023.
- JABLONKA, Ivan. *Histoire des grands-parents que je n'ai pas eus: Une enquête*. Paris: Éditions du Seuil, 2012.
- JABLONKA, Ivan. *Homens justos: do patriarcado às novas masculinidades*. São Paulo: Todavia, 2021b.
- JABLONKA, Ivan. *Laëtitia ou la Fin des hommes*. Paris: Éditions du Seuil, 2016.
- JABLONKA, Ivan (org.). *L'Enfant-Shoah*. Paris: Presses Universitaires de France, 2014.
- JABLONKA, Ivan. *Les abandonnés de la République: L'enfance et le devenir des pupilles de l'Assistance publique de la Seine placés en famille d'accueil (1874-1939)*. 2004. Thèse (Doctorat en Histoire) – Université Paris-Sorbonne, Paris, 2004.
- JABLONKA, Ivan. *Les enfants de la République: L'intégration des jeunes de 1789 à nos jours*. Paris: Éditions du Seuil, 2010.
- JABLONKA, Ivan. *L'Intégration des jeunes: Un modèle français (XVIIIe.-XXIe. Siècle)*. Paris: Points, 2013.
- JABLONKA, Ivan. *Ni père ni mère: Histoire des enfants de l'Assistance publique, 1874-1939*. Paris: Éditions du Seuil, 2006.

Notas

¹*L'Enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, publicado em 1960 pela editora Plon. No Brasil, o livro ganhou o título *História social da criança e da família*, tendo sua primeira edição em 1978, pela editora Zahar.

²O livro *Les enfants de la République: l'intégration des jeunes de 1789 à nos jours* foi publicado em 2010 por Éditions du Seuil. Em 2013, *L'Intégration des jeunes: un modèle français (XVIIIe.-XXIe. Siècle)* foi publicado pela editora Points.

³Trata-se de Laëtitia Perrais (1992-2011), cujos pais haviam se separado quando era muito pequena, devido à violência doméstica (espancamento e estupro da mãe pelo pai, o que o levaria à prisão). Alguns anos mais tarde, os pais perderam a guarda das filhas (Laëtitia tinha uma irmã gêmea), que serão abrigadas em uma instituição. Anos depois, passando pela experiência de serem acolhidas por um casal, vivenciarão também situações de violência e abuso sexual (neste caso, contra a irmã de Laëtitia, Jessica). Em janeiro de 2011, Laëtitia foi estuprada e, pouco depois, sequestrada e assassinada por Tony Meilhon. O livro de Ivan Jablonka, *Laëtitia ou la Fin des hommes*, foi lançado em 2016 (Seuil).

⁴A primeira edição é de 2012 (Seuil). O livro aborda a vida dos avós paternos do historiador, Mates e Idesa Jablonka, poloneses, judeus e militantes comunistas. Tendo se transferido para a França na década de 1930, o casal não escapou das perseguições aos judeus sob a Ocupação Nazista, mas conseguiu salvar os dois filhos, escondidos por vizinhos. Mates e Idesa foram deportados para Auschwitz em 1943, onde foram assassinados.

⁵*Des hommes justes – Du patriarcat aux nouvelles masculinités*, lançado em 2019, foi publicado, como outros livros de Ivan Jablonka, pelas Éditions du Seuil. Ganhou tradução brasileira pela editora Todavia (Jablonka, 2021a).

⁶Coletânea organizada por Jablonka e publicada em 2014 por Presses Universitaires de France (PUF).

⁷Motorhome ou casa sobre rodas: referência ao seu livro *En camping-car*, lançado em 2018 (Seuil).

Viviane Borges é professora titular da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), vinculada ao Departamento de História e atuando na Graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em História. É pesquisadora do Institut de Histoire du Temps Present – Paris/FR. Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em 2019, realizou estágio pós-doutoral no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra. Também é coordenadora do Projeto Arquivos Marginais, membro da Rede Brasileira de História Pública e pesquisadora Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/Brasil) – PQ Nível 2.

Janice Gonçalves é bacharel e licenciada em História, mestre e doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Em 2015, realizou estágio pós-doutoral na Pontifícia Universidad Católica, no Chile, com bolsa da CAPES. Desde 2001 é docente da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), vinculada ao Departamento de História, com atuação na Graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em História da mesma universidade. Na UDESC, integra o Laboratório de História Pública e Patrimônio Cultural (LABHPAC). Suas pesquisas e ações de extensão têm se voltado principalmente para as políticas públicas de proteção do patrimônio cultural e para as dimensões sociais da memória.

Submissão: 30/07/2024

Aceite: 02/10/2024

Editores: Karina Anhezini e Eduardo Romero de Oliveira